

Sumário

1 Introdução	1
2 O Estado de Direito Ambiental: a Proteção da Natureza	5
2.1 A degradação do meio ambiente que advém do utilitarismo econômico.....	10
2.2 O risco ecológico no mundo globalizado	13
2.3 O estado ambiental como novo paradigma	18
2.4 Os princípios do direito ambiental como fonte de aplicação: o princípio da dignidade humana como vetor preponderante....	24
2.4.1 O Princípio da Prevenção como elemento estruturante para a implementação do Seguro Ambiental ou de responsabilidade civil ambiental	28
2.4.2 O Princípio da Desenvolvimento Sustentável como elemento estruturante para a implementação do seguro ambiental	31
2.4.3 O Princípio da precaução como elemento estruturante para a implementação do seguro ambiental.....	38
2.4.4 O Princípio do Poluidor Pagador como elemento estruturante para a implementação do seguro ambiental ...	43
2.5 Sociedade de risco e o seguro: o risco como elemento causal do contrato de seguro	47
2.5.1 O risco como elemento causal do contrato de seguro	51
2.5.2 Risco assegurável e sua delimitação	54
2.5.3 Riscos, Danos ambientais e sua correlação.....	57
2.5.4 O dano ambiental como objeto do risco	58

2.6 Análise econômica do direito: instrumento de viabilização do contrato de seguro ambiental	62
3 A Responsabilidade Civil na Seara do Direito do Ambiente	69
3.1 Da culpa ao risco	69
3.2 da mudança de paradigma: do risco concreto ao risco abstrato....	72
3.3 O princípio da reparação integral	73
3.4 O nexo de causalidade em matéria ambiental	77
3.5 Responsabilidade civil e licenciamento ambiental	78
4 O Contrato de Seguro como Instrumento de Proteção Econômica ...	85
4.1 Estrutura normativa do sistema de seguros.....	85
4.1.1 Principais competências: CNSP e SUSEP	86
4.1.2 Sistema Nacional de Seguros Privados	89
4.1.3 Fundamentos e estrutura do Mercado de Seguros	90
4.1.4 Sociedades seguradoras	92
4.2 O contrato de seguro e seus elementos essenciais.....	93
4.2.1 A boa-fé	94
4.2.2 O Interesse legítimo	97
4.2.3 O risco	100
4.2.4 Mutualismo	103
4.3 O contrato de seguro ambiental na lei da política nacional do meio ambiente.....	106
4.4 O seguro ambiental na legislação vigente	113
4.5 Riscos no seguro ambiental.....	119
4.5.1 Riscos cobertos	119
4.5.2 Dos riscos excluídos.....	123

4.5.3. A cobertura na apólice de responsabilidade civil	124
---	-----

**5 Os Projetos de Lei que Tramitam no Congresso Nacional
para Criação do Seguro Obrigatório Ambiental 133**

5.1 O Projeto de lei 767/2015 que propõe a criação do seguro obrigatório ambiental	133
5.1.2 O Projeto de lei 10.494/18 na Câmara dos Deputados.....	140
5.1.3 O Projeto de Lei que cria o seguro obrigatório para indenizar desastre por chuvas	143
5.2 A posição doutrinária dissonante à criação do seguro obrigatório ambiental no Brasil	144
5.2.1 A possibilidade técnica do sistema de seguros obrigatórios para riscos ambientais.	149
5.3. O seguro obrigatório de responsabilidade civil – a diretiva 2004/45-eu e a lei espanhola	153
5.4 O contrato de seguro obrigatório ambiental de responsabilidade civil na América do Sul	160
5.5 Proposta doutrinária de criação do seguro obrigatório ambiental de forma híbrida	162
5.6 Outras garantias de proteção ambiental	164
5.6.1 O seguro garantia ambiental	164
5.6.2 <i>Pools</i> de cosseguro e/ou resseguro	168

**6. O Procedimento de Licenciamento Ambiental.
A Gestão do Estado no Exercício do Poder-Dever
de Proteção do Meio Ambiente 171**

6.1 A competência para o licenciamento ambiental LC 140/2011	173
6.2 Poder de fiscalização administrativa: poder de policia administrativa	176
6.3 Procedimento de licenciamento ambiental	178

6.4 O projeto de lei 3.724/2004: A reestruturação do processo de licenciamento ambiental	180
6.5 O estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental como instrumentos de gestão ambiental	183
6.6 O seguro ambiental como condicionante obrigatório para o deferimento do licenciamento ambiental. O princípio da reserva de lei e a legalidade de criação de obrigações e direitos pelo ente executivo	186
6.7 O princípio da reserva de lei e a possibilidade de inovar em obrigações e direitos	189
6.8 A legalidade da inclusão do seguro ambiental como condicionante no processo de licença ambiental	192
7 Conclusão	201
Referências.....	207